

O HOMEM NO MAGISTERIO: OS REFLEXOS DO PRECONCEITO DE GÊNERO COM PROFESSORES DO SEXO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

SANTOS, ERICLIS ROBERTO AGUIAR DOS.¹

MELLO, ANA LUÍZA DA SILVA.²

RESUMO

O intento do presente trabalho, é elucidar as questões, sociais, ideológicas e culturais pelas quais os homens formados em pedagogia, não se inserem ou ocupam o espaço no âmbito profissional em específico à docência, na educação infantil, diferentemente do paralelo, as mulheres pedagogas. Busca a compreensão histórica de como a profissão na educação infantil, e como essa prática foi construindo uma profissão majoritariamente feminina. E essa lacuna na qual a composição de gênero influencia os pensamentos estereotipados do entendimento, segregador, popular do que é ser, deveres e obrigações do homem em sociedade, e generificação dos corpos masculinos e femininos sobre a ótica e estigmas de uma profissão, que invalidam toda a questão preparatória de formação profissional. Trata de uma pesquisa de cunho qualitativo, com bases bibliográficas e documentais; LBD nº 9.394/96 e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) de 2022. Resgata-se textos que expliquem a composição da masculinidade e feminilidade, e teóricos que tratam de mostrar as questões de gênero como; Connell (2015), Butler (2010), Oliveira (2004) ancorados pela tese de mestrado de Rosa (2012). Esses nos ajudaram a refletir sobre papéis de gênero na sociedade, e o início e feminização da profissão docente, no final do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Preconceito, Docência Masculina.

PARA INICIO DE CONVERSA.

A partir da inquietação da visão da masculinidade na educação infantil, ao surgimento das questões, sociais, ideológicas e culturais pelas quais os homens formados em pedagogia, não se inserem ou ocupam o espaço no âmbito profissional em específico à docência, na educação infantil, diferentemente do paralelo, as mulheres pedagogas.

1 Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas, membro do grupo de estudo e pesquisa em gênero e comportamento GEPGEC...
ericlis@alunos.uneal.edu.br

2 Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas...
ana.mello.2021@alunos.uneal.edu.br

Nosso texto trata de uma pesquisa de cunho qualitativo, como traz a obra da Universidade Lutera (2008. p. 42)

A pesquisa qualitativa está interessada na compreensão de fenômeno com alto grau de complexidade, realçando opiniões, atitudes, valores, crenças e representações inerentes a tais fenômenos. [...] comumente apresenta-se como tentativa de compreensão detalhada dos significados e das características situacionais evidenciadas [...]

O texto ainda faz parte de uma pesquisa bibliográfica (*Idem*) (2008. p. 62) “A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, sendo desenvolvida a partir de material já elaborado”. Resgataremos textos que expliquem a composição da masculinidade e feminilidade, e teóricos que tratam de mostrar as questões de gênero como; Connell (2015), Butler (2010), Perrot (1992), Oliveira (2004) ancorados pela tese de mestrado de Rosa (2012). Esses nos ajudaram a refletir sobre papéis de gênero na sociedade, e o início e feminização da profissão docente, no final do século XVIII.

Ainda se fez necessário buscar em documentos legais, não teóricos trazendo uma categoria mista entre a pesquisa bibliográfica e documental. (*idem*) (2008. p. 63) visando investigar os fatos sociais e as relações com o tempo socio-cultural-cronológico. Consultaremos os documentos como; LBD nº 9.394/96 e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) de 2022.

O texto discorrerá em cinco tópicos dívidas em; por primeiro está introdução temática. Em segundo, uma reflexão dos contextos históricos da profissão educadora. Em terceiro, sobre as representações da masculinidade na escola, para a escola e para a sociedade. O quarto, sobre as dificuldades e preconceitos que sofrem os professores homens na educação infantil. E, o quinto e último, a conclusão sobre as ressignificações do gênero para uma possível equidade do trabalho.

BREVE HISTÓRICO DA EVASAO MASCULINA E FEMINILIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.

O surgimento das escolas se deu por volta do século XII, em mosteiros europeus, logo, a educação era incipientemente masculina, voltadas para jovens do sexo masculino, tal como era ministrada por homens. Mulheres não tinham permissão de serem educadas, muito menos então de ensinar. O homem dominava o mundo, bem como dominava a educação, por acreditarem na “fragilidade” feminina, mulheres deveriam ser educadas para ser mães, esposas e donas de casa.

Michelle Perrot (1992, 185-186), nessa concepção, destaca que

Da história, muitas vezes a mulher é excluída. É oprimeiramente ao nível do relato, o qual, passadas as efusões românticas, constitui-se como a representação do acontecimento político. O positivismo opera um verdadeiro recalçamento do tema feminismo e, de modo mais geral, do

cotidiano.[...] Essa exclusão, aliás, não é senão a tradução redobrada de outra exclusão: a das mulheres em relação à vida e ao espaço público na Europa Ocidental no século XIX. A política, a direção e administração do Estado constitui-se imediatamente como apanágio masculino.[...] Assim, o silêncio sobre a história das mulheres também advém dos seus efetivos mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como os locais exclusivos do poder.

Portanto, não restam dúvidas sobre a exclusão feminina nos primórdios da educação. Dessa forma, com o passar dos anos a educação permaneceu assim, majoritariamente masculina. Porém, deu-se início a “identificação entre a natureza feminina e a prática docente do ensino primário”, pois a sociedade masculina passou acreditar no “assemelhamento” da docência com o trabalho doméstico, dependência e como citada antes, a fragilidade. Dessa maneira, iniciou-se a feminização do magistério como o princípio do direito “natural”.

Ao longo desse processo, a busca do magistério por mulheres e não por homens passou a crescer cada vez mais, pois acreditavam que mulheres de modo geral só tinham apenas duas alternativas. A primeira: o matrimônio. A segunda: a prostituição. Dessarte, o magistério era uma fuga a prostituição. E a educação passou a ser ocupada cada vez mais por moças que não estariam preparadas para serem mães e muito menos pela vida da prostituição.

Montserrat Moreno (2003, p. 43), afirma que

A linguagem e a forma como se ensina não são, pois, imparciais, mas estão impregnadas de ideologia androcêntrica e contribuem ativamente para a formação dos padrões inconscientes de conduta nas meninas e nos meninos, padrões que vão continuar atuando ao longo de toda a vida e vão nos aparecer como imodificáveis, graças, precisamente, à sua aquisição precoce.

Diante disso, o trabalho de professoras passou a ser visto como um ato de maternagem, acreditavam na importância de que mulheres ensinassem os meninos pelo modo de agir nas salas de aula, pois assentiram que tinham benemerência e assistencialismo. Todavia, não davam ênfase na competência que as mulheres apresentavam e sim na questão de gênero. Deste modo, adotaram o pensamento de que professoras não poderiam acompanhar currículos “densos”, pela falta de competência.

Contudo, apesar das crenças masculinas em volta de mulheres no magistério, em 1956 surgia a primeira escola dirigida por mulheres. Durante 100 anos, apenas mulheres fiéis ao catolicismo poderiam atuar nessas escolas, mas a partir delas, passaram a admitir que professoras deveriam ser modelos de competência, inteligência e autoridade e não maternidade. Pois, a ideia maternalista confiava-se apenas na ética, no cuidado, na responsabilidade e na atenção.

Perante o exposto, surge-nos uma dúvida. A pedagogia como o curso com o menor piso salarial entre as licenciaturas, se daria pelo pensamento sexista de que a pedagogia seria unicamente para mulheres? Isso então, seria a resposta para a

disparidade salarial de gênero. E então, a real confirmação do estruturalismo machista que nos cerca na educação.

A REPRESENTAÇÃO DA MASCULINIDADE NA/PARA EDUCAÇÃO.

Ao longo do processo desse cuidado, do zelo, da afetividade, para com as crianças pequenas construídas a visão do assistencialismo, feitos e introjetados nas mulheres e suas ações “profissionais” ou não, já que muitas vezes elas nem recebiam por isso. Que são características postas as mulheres, e são questões decorrentes da maternidade, e, o papel representado da mãe para a sociedade, o que iguala todas as mulheres ao que representa o instinto natural, ou seja, é de natureza feminina cuidar, zelar e dar carinho as suas proles, enquanto ao homem cabia ser o provedor, o guardião e o detentor dos recursos financeiros familiares.

A construção da ideia de *mulheridade* (termo utilizado por estudiosos de gênero) para os serviços assistencialistas, comungam das prerrogativas que construíram, também, o ideal da masculinidade. Oliveira (2004) pontua sobre a construção da masculinidade, acerca da história social da humanidade, como; a força, o belo corpo, a brutalidade, a virilidade do militarismo dos homens do período iluminista, arcaico e medieval por exemplo. Nesse mesmo espaço/tempo temos as mulheres que aqui já apresentavam os estereótipos da visão do ser feminino já caracterizado acima, além de que as mulheres que iam atuar nesses espaços eram familiares de outras mulheres trabalhadoras, que ficavam em casa cuidando da criança ou filhas ou sobrinhas de patrões e quando não era alguém da família, esse patrão pagava um valor simbólico para alguma mulher observar as crianças, esses eram alocados em salas nas fábricas para que as mães pudessem trabalhar.

Alguns questionamentos tornam-se necessários, após observações já na graduação, como; quais os homens e suas funções vemos numa instituição que oferta educação infantil? Por que há tão poucos homens na pedagogia? E os que estão, o que esperam estando em um curso que é gritante o número de mulheres em formação? Por vezes ao visitar uma instituição de educação infantil vemos apenas homens responsáveis por serviços gerais, um porteiro, um zelador. Pouco se vê um homem coordenando, e bem menos atuante em sala de aula. Mas há um número significativo de homens como diretor, que exercem um papel de liderança nessa hierarquia escolar, no próximo tópico, aprofundaremos o entendimento sobre o que leva esses homens a estarem nesse espaço.

Com a contemporaneidade podemos ver leves mudanças das nuances dessa masculinidade, decorrentes das discussões de gênero e sexualidade, como Connell (2015), Butler (2010), Oliveira (2004) ancorados pela tese de mestradado de Rosa (2012). Por mais que esses estereótipos desse padrão de masculinidade possa modular os pensamentos e entendimentos atuais.

Para a educação, como já citado no tópico acima, sobre aparição masculina no contexto educacional advinha dos jesuítas no Brasil (Saviani, 2008). Ainda imprimia à semelhança da brutalidade e virilidade masculina. Com as práticas rígidas da obediência e adequações educativas, como os castigos, açoites, palmatórias, que moldaram as práticas educacionais tradicionalistas dos professores até final do século XIX.

Como o avanço do trabalho docente feminino, no processo de ensino e aprendizagem das crianças pequenas, a uma dualidade definidora das práticas que influenciam a ideia da inserção masculina nesses espaços de trabalho, dessa forma a sexualidade e o gênero elabora enunciados que são ditos ou não ditos (Rosa, 2012). No âmbito educacional, hora, o homem pode ser professor das crianças pequenas por vias legais de sua formação, outrora, não pela repressão já enraizadas na sociedade do entendimento do que é ser homem, em relação a ensinar as crianças pequenas.

O fazer docente nessa etapa de ensino é colocado em uma dualidade, com o gênero como divisor das ações humanas desse profissional. Mas qual é a régua genericada sobre a imposição de que as mulheres ensinam melhor as crianças? Ou que os homens são melhores gestores que as mulheres?

Butler (2010. p. 25) nos responde essa questão, sobre a afirmação de que:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.

Não há ou não deveria haver distinção de uma função onde qualquer que seja os gêneros, do indivíduo formados no curso de licenciatura, não possa exercer a profissão onde ele quiser, já que ele consegue a habilitação para tal tarefa profissional. Ora, se buscarmos nas leis, que tratam da profissão docente, não vemos uma categorização das funções divididas por gênero, masculino e feminino, vejamos o que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/1996 nos diz. No capítulo VI que trata dos profissionais da educação.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

As leis não demonstram essa divisão binária de gênero, logo pela formação, qualquer que seja o gênero/sexualidade do indivíduo que escolha esse espaço para

sua atuação através da sua formação ele se torna habilitado e capaz para a exercer a função. Retorno às ideias de Butler (2010. P. 26) quando diz:

Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura.

Logo mesmo, com todo o aparato legal e profissional bem estabelecido, o gênero/sexualidade ainda assim são definidores sociais para atuação profissional. Não importa qual seja o histórico formativo curricular, se a didática seja excelente para o desenvolvimento infantil, se a metodologia aplicada seja a mais adequada para esse ciclo, o que é visto pela sociedade é apenas as prerrogativas dos estereótipos do gênero/sexualidade.

A PROBLEMATICA DA DOCENCIA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Ao buscar os pontos para que haja uma rejeição desse professor pela sociedade, nos elucida questão de cunho fundamentalista ao entendimento do cerne da visão da historicidade do ser homem. Rosa (2012) traz algumas falas, de sua pesquisa como homens atuantes na educação infantil, ditas por responsáveis e até colegas de trabalho desses professores, como; o não conseguir controlar seus desejos e impulso sexuais, ligar a esses professores o entendimento construído pelos estereótipos culturais de homem, a um indivíduo podofilo e/ou esturador, as questões da brutalidade ao lidar com a criança e os seus possíveis conflitos em sala. Esse quadro agrava-se, quando esse professor foge para mais longe dos espectros heterocisnormativos, o que Rosa (2012) nos mostra, é que quando esse professor, é abertamente gay, o discurso fundamentalista, composto e embebido em homofobia e desinformação, no que eles (os fundamentalistas) dizem de uma suposta “ideologia de gênero” onde esses professores LGBTQIAP+ vão levar, incentivar e ensinar as crianças a serem indivíduos pertencentes a classe também. Ainda ressaltou um estigma social acadêmico, que abre espaço para outra lacuna de pesquisa, que é a subordinação de um homem em graduação em pedagogia que sofre de outros homens de outras graduações ditas mais masculinas.

Com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, a partir do gráfico 58, sobre os dados de onde ocorrem esses abusos sexuais, enquanto ao abusador, são 95% são homens, 82% são conhecidos da vítima, desses 40,8% são pais ou padrastos, 37,2% irmãos, primos e outros parentes, 8,7% avôs.

O documento mostra em dados que 76,5% dos estupros acontecem dentro de casa. E nesse mesmo documento ainda defende que o papel de escola e educação na implantação da informação para combate do abuso infantil. O documento traz dados para além do sentido ao abuso sexual, a violência ocorre, mas com as meninas e essa porcentagem vai até os 13 anos, com maior denúncia. Já com os meninos os casos denunciados têm um aumento de 4 a 6 anos das vítimas. A redatora e ex. delegada Spaniol (2022) monta duas hipóteses: a primeira é de que, em um país machista, como o Brasil, os meninos vão sendo mais respeitados conforme crescem e deixam de ser objeto desta violência; a segunda é de que, justamente por ser um país machista, os meninos, por constrangimento, denunciam ainda menos que as meninas as violências sexuais que sofrem.

Trazer esses dados, nos serve, não para minimizar a problemática do abuso sexual infantil, mas para demonstra que ocorrem mais abusos por homens ciclo familiar, que em outros ambientes. E que essa generalização se torna perigosa, para inferiorizar um trabalho do professor do sexo masculino, que como Rosa (2012) traz nos relatos dos professores, que esses precisam se reafirmar profissionalmente muito mais que uma professora. E que o cuidado precisa ser mil vezes redobrado, para que não haja motivos para desconfiar ou sequer supor que algo possa ter ocorrido com as crianças. E por mais que esse não tenha feito nada com uma das crianças, até ele provar que é inocente sua vida será virada de ponta cabeça.

Rosa (2012) ainda fala sobre a hierarquização, onde o homem assume um cargo de gestor, assemelhando as ideias do líder, as vistas do empreendedorismo, na qual o gestor se torna “chefe” das professoras. E sempre a performance da masculinidade hegemônica, já amplamente debatida por Connell (2015), a qual muitos não pertencem, mas desejam ser, nos mostra que para se estar nesses postos de liderança há essa necessidade de masculinizar a prática, no caso de ser uma mulher na gestão, ela irá assumir uma conduta mais séria, bruta, incisiva, fora dos aspectos mais afetivos, que seria por si uma performance masculina.

Logo, o que seria então a profissão de homem e de mulher? Na verdade, não há uma função no mundo que seja dividida por uma binaridade de gênero, a não ser a procriação, e mesmo assim tem suas ressalvas, em alguns relacionamentos *Transcentrados*, que são relacionamentos entre pessoas transexuais, onde é o pai que fica gestante. Mas funções ligadas à participação social, no trabalho, como o fazer docente não existe dentro do entendimento de gênero quem o faça melhor ou pior. Mas há uma segregação desses espaços desde a matrícula desses homens na pedagogia.

Butler (2010. p. 47) retoma a construção, em suas teorias sociais de gênero, do mundo dividido na binaridade de gênero diz:

Porém, se dispensamos a prioridade de “homem” e “mulher” como substâncias permanentes, não será mais possível subordinar traços dissonantes do gênero como características secundárias ou acidentais de uma ontologia do gênero que permanece fundamentalmente intata.

Se esquecermos o gênero e focarmos na formação profissional do professor, tais receios sociais cessaram. Mas enquanto as estruturas fundantes da nossa sociedade, não desvencilhar, viveremos no enfrentamento. São ligações tão profundas que até para quem pesquisa é difícil pensar fora dos estigmas, do fundamentalismo de gênero. São reflexos de um passado, onde as visões marcadas pelo fazer feminino e masculino, são cultuados e permanecidos vivos, por uma sociedade, que perpetua os estigmas, os estereótipos, os preconceitos e tudo que é mal visto socialmente da visão dos estudiosos sociais.

4 REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiser-ver.pdf>

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. São Paulo: **Saraiva**, 1996.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. tradução, Renato Aguiar. — Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2003.

CONNELL, Raewyn. PEARSER, Rebecca. Gênero uma perspectiva global. Tradução e revisão técnica, Marília Musckovich. 1º edição. **nVersos**. 2015. 288 p
MORENO, Montserrat. Como se ensina a ser menina: sexismo na escola. São Paulo: **Moderna**, 2003. 80 p.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. A construção social da masculinidade. Belo Horizonte: **Editora UFMG**; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. 2. ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1992.

ROSA, José Paz da. **O dispositivo da sexualidade enquanto enunciador do professor - homem no magistério das séries iniciais e na educação infantil**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Duque de Caxias, Rio de Janeiro. 2012.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia no Brasil [livro eletrônico]: história e teoria/ Dermeval Saviani. — Campinas, SP: **Autores Associados**, 2020. — (Coleção memória da educação) ePub. Disponível em: https://epub-to-pdf.murm.info/?fileurl=https%3A%2F%2Fzoboko.com%2Fdownload-file%2F3dgjv2yl%2Fa-pedagogia-no-brasil-historia-e-teoria%3Fhash%3D8cf99b14408ad69367fc48a0c9c1db75&title=A+pedagogia+no+Brasil%3A+Hist%C3%B3ria+e+teoria&utm_source=zlib&utm_medium=queue&utm_campaign=3dgjv2yl